



## A Ditadura Exposta

NETTO, J. P. *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014, p. 342.

**Maria Elizabeth S. Borges\***

Neste livro recém-lançado, o Professor J. Paulo Netto pretende-se despretensioso, a julgar pelo título. Em tempos de “descomemoração” dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, o livro é atual e necessário.

Em sua *nota prévia*, ele nos avisa que traz uma *interpretação*, apoiado no acervo bibliográfico citado e em dados consistentes de pesquisadores, cuja intenção é apresentar uma “síntese articulada, clara e acessível sobre o significado e momentos constitutivos da ditadura, numa perspectiva crítica” (p. 17). Já nos diz Milton Temer, na apresentação do livro, que não é exatamente um trabalho despretensioso, devido à densidade teórica e política que é peculiar ao autor, o que nos permite “conhecer os detalhes do processo perverso que assolou de forma cruel vinte anos do período republicano” (p. 13). O autor dispensa apresentação, por ser demais conhecido no meio profissional e acadêmico.

Sendo um marxista convicto, ele faz a exposição no livro sem apego à cronologia e linearidade dos acontecimentos históricos, mas sim no imbricamento de fatos sociais, econômicos, políticos e culturais, que tecem a conjuntura nacional e internacional, nas relações com o capital industrial e os interesses das classes dominantes. Localiza os acontecimentos no recuo aos anos 1960, o contexto em que se deu o “golpe” como o momento predominante e que dispara o processo ditatorial, assumindo a data de 1º de abril como seu marco e indo até os anos oitenta, capturando fatos marcantes.

Expondo sua análise dialeticamente, ele situa cada momento numa totalidade social e os acontecimentos no Brasil como parte da economia capitalista tardo-monopolista, em largo período histórico e não no imediato dos acontecimentos captados. A sua tese (p. 78) é de que, do ponto de vista

.....  
\* Assistente social. Docente do Curso de Serviço Social/UFBA. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-UERJ. E-mail: <bethborges@gmail.com>

das relações econômicas, o capital industrial precisou de um Estado articulador da superacumulação e internacionalização, para conduzir o projeto de crescimento econômico submetido às novas exigências das metrópoles. O Brasil é tomado como uma particularidade da economia capitalista dependente latino-americana, analisado metodologicamente na relação singular/abstrato (capitalismo monopolista) ao universal/concreto (modernização conservadora), através da mediação do particular (formação social e econômica brasileira). Dessa forma, constrói os argumentos lógicos e históricos que nos permitem compreender a essência do movimento do real (a ditadura no Brasil).

Para realizar este projeto, o livro está estruturado numa periodização que localiza os 20 anos da ditadura civil-militar e seus governos autocráticos. Para isso, divide a exposição em quatro capítulos e um epílogo, com riqueza de informações de difícil síntese, tamanha a complexidade dos períodos destacados e dos fatos relatados.

No primeiro capítulo, a tônica é o governo de João Goulart e seu significado sócio-político, quando faz uma rica descrição dos processos e dos vínculos do “governo Jango”, situando, estrutural e conjunturalmente, o golpe no quadro de crise da economia sob o imperialismo estadunidense. O que é descrito na teia de interesses do grande capital industrial, do enfraquecimento das forças democráticas atuantes na sociedade brasileira, e a sua articulação como um processo que se iniciou antes mesmo da chegada do presidente João Goulart ao poder e se constituiu como usurpação do seu cargo.

Para o autor, a queda do presidente pode ser explicada pela conjugação de causalidades e forças políticas articuladas numa “autocracia burguesa”, dada a dinâmica interna que “exigia uma reestruturação geral dos mecanismos e instituições necessárias a um novo padrão de acumulação” (p. 41), ao mesmo tempo em que o governo não reunia “as condições políticas necessárias para levar adiante o seu projeto de reformas de base” (p. 41). O êxito político do golpe militar se deu, pois, pelas condições oferecidas pela “conspiração patrocinada pelo grande empresariado e pelo latifúndio” (p. 51), quando saiu das sombras para manipular a “opinião pública” (p. 63).

O ano de 1964 é descrito como um momento de efervescência dos movimentos sociais, culturais e sindicais, o que justificaria o medo da “comunização”, ou que, sob a batuta da mobilização popular, o presidente viesse a fazer um giro à esquerda, em seu projeto de reformas institucionais. Em nome da democracia, as Forças Armadas mobilizadas e articuladas ao grande capital fizeram uso explícito de métodos violentos.

O autor afirma que o presidente encarnava um “reformista burguês democrata e nacionalista no momento em que a burguesia brasileira recusava projeto de reforma de caráter democrático e nacional” (p. 73); e conclui que o significado do golpe foi a “liquidação da possibilidade de reverter a

dependência da economia aos interesses imperialistas de valorização do capital e de democratizar a sociedade brasileira” (p. 77).

O segundo capítulo, identificado como a “ditadura reacionária”, periodiza os anos 1964-68 e a passagem dos governos de Castelo Branco, Costa e Silva e a “eleição” de Médici, que, ao constituir a doutrina de Segurança Nacional, explicitou o caráter de classe da ditadura e seus instrumentos legais para impedir o crescimento das forças oposicionistas; estabeleceu-se “o poder das armas como estratégia para defender o poder do grande capital” (p. 84).

Data desse período a edição dos Atos Institucionais (do 1º ao 5º) que extrapolaram o poder do Executivo, limitando o Parlamento e estabelecendo as regras eleitorais restritas e indiretas, com bipartidarismo legal, fechamento de partidos de esquerda, perseguição, prisão e banimento, da vida política, os líderes políticos, sindicais, estudantis e intelectuais da época. Diz o autor que, nessa doutrina, a questão era “a criação de *aparato repressivo e rede de informação*, para garantir a implementação da política de desenvolvimento econômico assentada no planejamento e na força militar do Estado” (p. 87). A militarização provocou a truculência e violência atentatória aos direitos humanos, o que fez com que a resistência ao regime nunca esmorecesse, apesar do terrorismo.

Diz o autor que escapou ao autoritarismo a própria crise do modelo econômico, criando as condições para contestações, com crescimento da oposição democrática e da crítica cultural. Embora restritos a grupos de elite, muitos e em várias áreas são os artistas e intelectuais que trouxeram à cena a denúncia da truculência e perseguições, concluindo que a “eleição” do general Garrastazu Médici foi emoldurada por uma mistificação do “desenvolvimento com segurança” (p. 141).

O capítulo terceiro é dedicado à análise da “lenta, gradativa e segura distensão” que formatou os governos de Médici e Geisel (1969-78), como início da crise do modelo ditatorial ainda vigente. São os anos do chamado “milagre econômico”, quando, no contexto internacional, o Brasil segue o modelo de desenvolvimento industrial dependente, mantendo a concentração fundiária, superexploração do trabalho, altas taxas de analfabetismo, crescentes fluxos migratórios do campo à cidade. O mote era crescimento “do bolo” para depois dividir, o que significava concentração de renda, acumulação de riqueza, aprofundamento das desigualdades sociais e nenhuma socialização do poder com os trabalhadores (p. 147), como necessário ao capital monopolista.

Afirma Netto que as análises identificam, nesse período, o processo de *refuncionalização do latifúndio*, denominado por especialistas como a “modernização conservadora”, com a rápida expansão do capitalismo na realidade agrária, agrícola e agropecuária (p. 149) e o “desenvolvimento do complexo industrial-militar, atraindo a instalação de empresas transnacionais” (p. 152-3). Diz ele: o “milagre” é sustentado pelo Estado terrorista,

alcançado de “anos de chumbo”, ampliando uma política externa subordinada aos EUA e instaurando “um vazio cultural” (p. 171). A crise do *milagre econômico* é traduzida como decorrência de seu próprio desenvolvimento e, no plano mundial, com a recessão generalizada nos principais países capitalistas.

No plano político, o governo Geisel teve de estabelecer outra manobra, com o projeto de “redução do nível de arbitrariedade e excepcionalidade do regime” (p. 179). Moveria-se num contexto diferenciado de seu antecessor, com o sistema capitalista experimentando uma “*onda longa recessiva*”, nos termos de E. Mandel, quando então se forjou um projeto de autorreforma do regime, e também pelo surgimento de *um novo proletariado* (p. 200), capaz de grande combatividade, rearticulando forças democráticas, fazendo avançar processos de organização popular.

No último capítulo, vai sendo descrita a “crise e derrota do regime ditatorial” (1979-85), com a entrada e saída do general João Batista Figueiredo e a chamada transição pela via do colégio eleitoral, um instrumento da ditadura a ser derrubado em seu próprio campo.

O autor nos mostra que, mesmo perseguidos pelo patronato, os ativistas sindicais conduziram a luta para enfrentamentos e resistências, mobilizando “apoios de amplos segmentos sociais, das forças de oposição e da Igreja Católica” (p. 230). A “frente democrática dirigida pela ‘oposição de elite’ ganhou conteúdo popular” com as massas nas ruas exigindo eleições *Diretas Já* para presidência e, no plano da organização dos trabalhadores, o surgimento da Central Única/CUT e o Partido dos Trabalhadores/PT (anos 1982-83). O clima de insatisfação geral dava visíveis sinais de crise do modelo, com o descrédito da política econômica e deterioração do regime militar.

Conclui que a coalizão, denominada *Aliança Democrática*, elegeu Tancredo Neves como o político que reunia as qualidades de moderador para empreender a negociação com civis da frente liberal e militares dissidentes, fazendo acordo quanto à “consolidação das instituições democráticas, o desenvolvimento econômico do Brasil e a realização da justiça social”. E o professor Netto não perderia a oportunidade de ironizar com o fato de que o último ditador saiu do Planalto sem passar a faixa a seu sucessor, registrando que “a ditadura saiu pela porta dos fundos” (p. 249), dando início ao período denominado de *Nova República*.

No epílogo, então, registra a prometida síntese da apreensão do objeto de estudo, considerando a ditadura do grande capital derrotada e não derrubada (p. 257), quando se abre a *transição democrática no Brasil*, não sem contradições e negociações na formação da Assembleia Constituinte e na elaboração da nova Carta Constitucional brasileira, como uma conciliação política “pelo alto”.

Conclui que as contradições revelam o processo de democratização truncado e que a ditadura deixou de ser o mecanismo de interesse

do capitalismo internacional, abrindo-se uma modalidade mais adequada à sempre presente crise estrutural do sistema do capital.

Nessa ampla e detalhada descrição dos acontecimentos, numa historiografia não centrada nos personagens, o autor apreende a riqueza desse complexo e violento período da sociedade brasileira, conduzindo o leitor a interagir emocionalmente com o texto. Ao longo da leitura, parecem que muitos fatos e situações passam a fazer sentido e algumas se explicitam com clareza. A conclusão iminente é que são as elites que se articulam dos golpes aos acordos, construindo soluções “pelo alto”, excluindo os trabalhadores das decisões.

O período relatado atravessa gerações, o que permite avaliações e lições históricas, além do expurgo de traumas e importante recuperação da memória. O tema é convidativo à reflexão de estudantes, profissionais e pesquisadores, inclusive do Serviço Social, por conectar com o solo histórico do Projeto Ético-Político.

E mais nos revela o autor, ao escrever de forma acessível, num texto denso, cheio de referências às vivências de militância política, de algo que nos soa familiar e cruel, cumprindo sua anunciada intenção de simplicidade, mas jamais distanciado de suas convicções intelectual e militante, como um legítimo marxista. Com o cuidado de anunciar que se trata de sua interpretação da história, não deixa de ser um rico legado às novas gerações.